

Edição nº 31 – 15 a 19 de maio

“GUERRA FISCAL” EM DEBATE NA CÂMARA

O Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pretende colocar em votação nesta semana, no Plenário da Casa, o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 54/2015, que dispõe sobre a convalidação de benefícios fiscais concedidos a empresas pelos estados, inclusive aqueles praticados sem a concordância do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O projeto é encarado como uma tentativa de por fim à chamada “Guerra Fiscal” e tramita em regime de urgência em virtude de requerimento aprovado em 14 de março de 2017.

Isso dependerá da apresentação de relatório do Deputado Alexandre Baldy (PTN-GO).

A expressão “Guerra Fiscal” comumente designa a utilização de mecanismos de desoneração tributária pelos estados, com a intenção de fomentar a economia local, mediante atração de investimentos, geração de empregos e renda. No contexto da Guerra Fiscal os estados renunciam à parcela do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de receitas secundárias daqueles entes federados, como incentivo para que empresas se instalem no seu território.

Essa prática é causa de conflito entre os estados, sobretudo diante do movimento de certas companhias, que deixaram de operar no Sul/Sudeste e se dirigiram para estados do Centro-Oeste/Norte/Nordeste por conta dessas promessas e incentivos.

Os conflitos entre os Estados transformaram-se em ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal e questionam a constitucionalidade dos incentivos concedidos. Nos últimos anos, em virtude do entendimento do Supremo quanto à inconstitucionalidade dos incentivos concedidos sem a anuência do Confaz, o problema se agravou. Some-se a isso a iniciativa de alguns estados, que se julgam prejudicados por outros

entes, materializada em autos de infração por meio dos quais questionam créditos de empresas beneficiárias dos incentivos.

O projeto, que é de iniciativa do Senado Federal, encontra-se na Câmara dos Deputados desde abril de 2015 e apresenta as seguintes diretrizes: i) autorização para que convênio entre os estados delibere sobre a regularização dos incentivos fiscais já concedidos; ii) anulação das punições aplicáveis para estados que concederam incentivos sem autorização do Confaz, desde que os governos formalizem o perdão das dívidas das empresas; iii) previsão de concessão de novos benefícios, desde que haja a concordância de 2/3 de todos os estados, ou de 1/3 dos estados de cada região; iv) estipulação de prazo máximo de duração dos incentivos potencialmente convalidados.

Para viabilizar a aprovação do Projeto Rodrigo Maia (DEM-RJ) deverá conciliar os interesses de estados, cujo posicionamento sobre a matéria varia proporcionalmente ao seu distanciamento geográfico. Os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por exemplo, querem a aprovação do texto votado no Senado, enquanto São Paulo – estado que se entende ter sido mais afetado pela Guerra Fiscal e com a maior representação na Câmara – assim como outros estados do Sul e Sudeste, pleiteiam que as isenções concedidas sem autorização do Confaz sejam reduzidas gradativamente, a cada ano, na proporção de 1/15.

Tal impasse será a maior dificuldade na votação do Projeto de Lei Complementar, o PLP nº 54/2015. Tal tipo de proposição exige votos favoráveis de, ao menos, 257 deputados federais (maioria absoluta). Caso aprovado pela Câmara sem alterações, o PLP seguirá para sanção do Presidente Michel Temer. Se alterado pelos deputados, o Projeto retornará ao Senado Federal.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

VOTAÇÃO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DOS ESTADOS É CONCLUÍDA NA CÂMARA

Na última quarta-feira, o Plenário da Câmara dos Deputados concluiu a votação do Projeto de Lei Complementar nº 343/2017, de autoria do Poder Executivo, que cria o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do DF. O objetivo da norma é ajudar estados endividados com a União, desde que atendidas as contrapartidas estabelecidas. O texto aprovado foi apresentado na forma do Substitutivo do Relator, Deputado Pedro Paulo (PMDB-RJ), e agora segue ao Senado Federal. Na redação encaminhada ao Senado, há a previsão de que os municípios renegociem financiamentos obtidos com recursos do FGTS. Contrapartidas como privatizações, restrições ao aumento de despesas contínuas dos estados, congelamento de salários e redução de incentivos tributários também são pontos do projeto que merecem destaque. Os senadores deverão deliberar o texto e, se aprovado na forma do Substitutivo da Câmara, seguirá à sanção presidencial. Caso contrário, o projeto deverá retornar à Câmara para, tão somente, deliberar as alterações realizadas no Senado.

FIQUE DE OLHO

REFORMA DA PREVIDÊNCIA APROVADA NA COMISSÃO ESPECIAL

A Comissão Especial da Reforma da Previdência aprovou o Substitutivo do Relator, Deputado Relator Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016 na última terça-feira. Agora, a PEC será submetida ao Plenário da Câmara, onde deverá ser deliberada e aprovada por 3/5 dos deputados (308 deputados) em dois turnos antes de seguir para a análise do Senado Federal. O texto aprovado na Comissão prevê idade mínima para a aposentadoria de 65 anos para homens e 62 para mulheres que deverão, gradualmente, equiparar-se até 2038. O tempo de contribuição mínima também será elevado gradualmente de 15 para 25 anos. Os membros da Comissão concordaram que mudanças poderão ser feitas ao texto durante a análise do Plenário.

CCJC APROVA PECs RELEVANTES

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou, na última terça-feira, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 306/2017, de autoria do Deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), que altera a Constituição Federal para inserir no rol de cargos privativos de brasileiros natos o de senador da República, de governador e vice-governador e de ministro das relações exteriores. Na mesma data, a Comissão aprovou a PEC nº 173/2015, que dá nova redação à Constituição Federal para denominar como conselheiros os membros do Tribunal de Contas da União, e a PEC nº 446/2014, que

permite à União legislar sobre normas gerais de índices de segurança pública. As três proposições deverão agora ser submetidas à análise do Plenário da Câmara.

CCJC APROVA PROJETOS QUE AUMENTAM A PROTEÇÃO AOS CONSUMIDORES

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou, na última terça-feira, o Projeto de Lei nº 91/2015, de autoria do Deputado Adail Carneiro (PP-CE), que determina a inclusão da data de vencimento do produto no seu respectivo código de barras, utilizado na sua identificação nas gôndolas e nos caixas de pagamento nos estabelecimentos comerciais. Por ter recebido pareceres divergentes na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) e na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), a proposição deverá ser submetida à análise do Plenário da Câmara.

Também foi aprovado o Projeto de Lei nº 2.285/2011, de autoria do Deputado Ricardo Izar (PV-SP), que altera o Código de Defesa do Consumidor para dispor sobre as condições para a concessão de garantias de bens móveis duráveis, determinando entre outros, que o termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada, em que consiste a garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações. A proposição foi aprovada em apreciação conclusiva pelas Comissões e, se não for interposto recurso por 1/10 dos deputados (51 deputados), será encaminhada diretamente à análise do Senado Federal.

CDC APROVA AMPLIAÇÃO DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA ELÉTRICA

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o Projeto de Lei nº 2.987/2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral (PT-MS), para alterar a Lei nº 9.074/1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências, para prever a ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica, tornando de livre escolha de consumidores específicos o fornecedor com quem contratará sua compra de energia elétrica, nos termos que especifica. A proposição deverá ainda ser analisada pela Comissão de Minas e Energia e pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, ambas da Câmara.

CDEICS APROVA ALTERAÇÕES NO ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE E A CRIAÇÃO DE ZPE EM CABEDELO

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEICS) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 375/2014, de autoria do Deputado Jorge Corte Real (PTB-PE), e o PLP nº 319/2016, de autoria do Deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), ambos para alterar o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O primeiro concede às microempresas e empresas de pequeno porte redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas com a industrialização e comercialização de cestas básicas com as especificações regionais estabelecidas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Já o segundo estabelece reajuste anual dos limites de aplicação do Simples Nacional.

Na mesma data, a CDEICS também aprovou o PL nº 5.381/2016, de autoria do Deputado Wilson Filho (PTB-PB), para criar a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba.

As três proposições deverão ser analisadas, ainda, pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJC).

CTASP APROVA PROJETO DE LEI QUE VEDA A PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO DE EMPRESAS QUE TENHAM SÓCIOS EM COMUM

Na última quarta-feira, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 6.060/2013, que altera a Lei das Licitações para vedar a participação em licitação de empresas que tenham sócios controladores em comum com outras empresas licitantes. Além disso, o projeto determina que os pagamentos decorrentes da contratação sejam realizados por via bancária e eletrônica na conta corrente da empresa contratada, vedado o pagamento em conta de terceiros. Agora, o PL seguirá à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para deliberação.

AGENDA DA SEMANA

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

16/05/2017 às 15H

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA (CI)

16/05/2017, às 09H

FIQUE DE OLHO

Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2013, que extingue o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns.

Autor: Sen. Alvaro Dias (PV-PR) e outros

Relator: Sen. Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

Relatório: aprovado em 1º turno, aguardando deliberação em 2º turno.

Projeto de Lei nº 291/2013, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, a fim de regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário. O projeto condiciona a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico à efetiva prestação do serviço.

Autor: Sen. Cyro Miranda (PSDB-GO)

Relator: Sen. Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Relatório: pela aprovação nos termos do substitutivo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

15/05/2017, às 15H, 16/05/2017, às 9H, E 17/05/2017, às 14H

Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 13/2017, originário da Medida Provisória nº 757/2016, que institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais e a Taxa de Serviços em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa.

Autor: Poder Executivo

Relator: Dep. Átila Lins (PSD-AM)

Relatório: pela aprovação, na forma do PLV.

Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 12/2017, originário da Medida Provisória nº 759/2016, que trata sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal e institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União.

Autor: Poder Executivo

Relator: Dep. Pauderney Avelino. (DEM-AM)

Relatório: pela aprovação, na forma do PLV.

Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 11/2017, originário da Medida Provisória nº 762/2016, que prorroga o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM

Autor: Poder Executivo

Relator: Dep. Felipe Maia (DEM-RN)

Relatório: pela aprovação, na forma do PLV.

FIQUE DE OLHO

Projeto de Lei Complementar nº 54/2015, que dispõe sobre a aprovação de convênio que permita aos estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais.

Autor: Sen. Lúcia Vania (PSDB-GO)

Relator: não designado

Relatório: ainda não apresentado.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)

16/05/2017, às 10H

Audiência Pública para debater a Reestruturação do Crédito Fundiário.

17/05/2017, às 10H

Projeto de Lei nº 4.719/2016, que propõe a equiparação entre produtores rurais e industriais, com o objetivo de suspender a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as operações de embalagem e acondicionamento dos produtos agrícolas.

Autor: Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS)

Relator: Dep. Luis Carlos Heinze (PP-RS)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)

17/05/2017, às 10H

Projeto de Lei nº 4.379/2016, que altera o Código de Defesa do Consumidor para estabelecer condições para a cobrança de tarifas de planos pós-pagos e a obrigatoriedade de reembolso de créditos não utilizados de planos pré-pagos, em caso de rescisão de contrato de prestação de serviços de telecomunicações.

Autor: Dep. Flavinho (PSB-SP)

Relator: Dep. Arthur Virgílio Bisneto (PSDB-AM)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

16/05/2017, às 14H30

Proposta de Emenda à Constituição nº 272/2016, que acrescenta parágrafo único ao artigo 192 da Constituição Federal para proibir as agências financeiras oficiais de fomento, quando administrarem mecanismos de direcionamento de crédito, a financiarem projetos executados fora do território nacional.

Autor: Dep. Luiz Fernando Faria (PP-MG)

Relator: Dep. Maia Filho (PP-PI)

Relatório: pela admissibilidade.

Projeto de Lei nº 2.813/2000, do Senado Federal, que estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

Autor: CPI do Sistema Financeiro 1986

Relator: Dep. Arthur Lira (PP-AL)

Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 2.648/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de vigilância nas arenas multiuso, ginásios e estádios de futebol, credenciados para a realização de jogos oficiais, em cidades com mais de quinhentos mil habitantes, para fins de concessão de alvará de funcionamento.

Autor: Dep. Jorginho Mello (PR-SC)

Relator: Dep. Delegado Waldir (PR-GO)

Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, na forma do Substitutivo da Comissão do Esporte.

FIQUE DE OLHO

Projeto de Lei nº 3.163/2015, que define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado, e dá outras providências.

Autor: Dep. Danilo Forte (PDB-CE)

Relator: Dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)

Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

17/05/2017, às 9H30

Projeto de Lei nº 7.204/2014, que dispõe sobre inovação de modelos de automóveis e motocicletas ofertados no mercado de consumo, proibindo os fabricantes a modificar técnica, estética ou mecanicamente automóveis e motocicletas ofertados no mercado de consumo, pelo período inferior a um ano.

Autor: Dep. Onofre Santo (PSD-SC)

Relator: Dep. Chico Lopes (PCdoB-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 380/2015, que altera a Lei nº 10.751/2003, para dispor sobre a regulamentação econômica do setor de órteses, próteses, produtos para a saúde e incluir na competência da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) a fixação e ajustes de preços do setor.

Autor: Dep. Fábio Mitidieri (PSD-SE)

Relator: Dep. Ricardo Izar (PP-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 1.412/2015, que altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para dispor sobre a aplicação de multa civil ao fornecedor que reiteradamente descumprir os deveres previstos na legislação consumerista.

Autora: Dep. Maria Helena (PSB-RR)

Relator: Dep. Marcos Rotta (PMDB-AM)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 2.246/2015, que obriga os fornecedores que prestam serviços de natureza continuada a prorrogar o prazo de pagamento das faturas cobradas pela prestação do serviço por tempo igual ao que o serviço esteve interrompido durante o mês.

Autor: Dep. Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB)

Relator: Dep. Chico Lopes

Relatório: pela aprovação, com substitutivo e emenda.

Projeto de Lei nº 6.516/2016, que obriga os fornecedores que mantenham programas de relacionamento a informar os consumidores sobre o vencimento de seus pontos.

Autor: Dep. Augusto Coutinho (SD-PE)

Relator: Dep. Júlio Delgado (PSB-MG)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Decreto Legislativo nº 578/2016, que susta o art. 13 da Resolução nº 400/2016, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que permite a venda de franquia de bagagem de forma separada da passagem aérea.

Autor: Senado Federal

Relator: Dep. Rodrigo Martins (PSB-PI)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CDU)

17/05/2017, às 10H

Projeto de Lei nº 3.245/2008, que acrescenta artigo à Lei de Concessões e Permissões de serviços públicos para criar tarifa social para subsidiar a prestação de serviços públicos essenciais aos consumidores de baixa renda, incluindo o fornecimento de energia elétrica, água e esgotamento sanitário.

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Relator: Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA)

Relatório: pela aprovação.

Projeto de Lei nº 4.970/2016, que dispõe sobre a cessão de créditos inscritos em precatório para pagamentos de financiamentos imobiliários, para, entre outros pontos, permitir que o credor ceda, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a instituições financeiras para pagamento de financiamento imobiliário estabelecendo, ainda, que as taxas de desconto cobradas pelas instituições financeiras nas referidas cessões não poderão ser superiores aos juros cobrados no financiamento imobiliário pactuado com o cedente.

Autor: Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP)

Relator: Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA)

Relatório: pela rejeição.

19/05/2017, às 8H

Mesa Redonda para discutir a privatização da gestão de portos públicos e seus reflexos para a cidade, para a atividade econômica e para os trabalhadores.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

17/05/2017, às 11H

Projeto de Lei nº 6.962/2010, que acrescenta dispositivo à Lei das Sociedades Anônimas para estabelecer a obrigatoriedade da deliberação em assembleias gerais extraordinárias, por maioria qualificada, de operações com partes relacionadas, sob pena de, por via judicial, ser anulada a operação ou serem transferidas para a companhia as vantagens que a parte houver obtido.

Autor: Dep. Cleber Verde (PRB-MA)

Relator: Dep. Lucas Vergílio (SD-GO)

Relatório: pela rejeição.

Projeto de Lei nº 1.933/2015, que altera a Lei de Falências para permitir, entre outros pontos, que novos créditos concedidos ao devedor durante a recuperação judicial em empréstimos ou financiamentos de qualquer modalidade, sejam pagos prioritariamente e considerados extraconcursais, em caso de decretação de falência.

Autor: Dep. Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC)

Relator: Dep. Jorge Corte Real (PTB-PE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 2.661/2015, que acresce artigo ao Código de Defesa do Consumidor para disciplinar as relações entre empresas que utilizam serviços de telecomunicações ou de mensageria para difusão de mensagens publicitárias, de cobrança ou de divulgação e os consumidores em geral.

Autora: Dep. Shéridan (PSDB-RR)

Relator: Dep. Aureo (SD-RJ)

Relatório: pela aprovação.

Projeto de Lei nº 879/2015, que dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para equipamentos e materiais esportivos adquiridos por academias.

Autor: Dep. João Derly (REDE-RS)

Relator: Dep. Helder Salomão (PT-ES)

Relatório: pela aprovação.

Projeto de Lei nº 2.321/2015, que determina que o repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras a serem estipuladas em negociação coletiva, ficando excetuados, para fins de aplicação dessa regra, restaurantes, bares, barracas de praia e similares e hotéis, pousadas e similares, os quais serão regidos exclusivamente pela respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.

Autor: Dep. André Figueiredo (PDT-CE)

Relator: Dep. Herculano Passos (PSD-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

18/05/2017, às 9H30

Audiência Pública para debater a desoneração da folha de pagamento, matéria objeto da Medida Provisória nº 774/2017.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

17/05/2017, às 10H

Projeto de Lei nº 383/2011, que altera a Lei dos Crimes Ambientais para estabelecer como sanção restritiva de direitos a obtenção de subsídios, subvenções ou doações da Administração Pública à pessoa jurídica que tiver sido condenada por crime ambiental com sentença transitada em julgado, antes de reabilitada.

Autor: Dep. Roberto de Lucena (PV-SP)

Relator: Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA)

Relatório: pela aprovação.

Projeto de Lei nº 6.650/2013, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para estabelecer que o ajuizamento de ação civil pública interrompe a contagem do prazo prescricional na Justiça do Trabalho.

Autor: Dep. Carlos Bezerra (PMDB-MT)

Relator: Dep. Flávia Morais (PDT-GO)

Relatório: pela aprovação.

Projeto de Lei nº 1.246/2015, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para responsabilizar solidariamente empresas integrantes de grupo econômico em relação aos efeitos da relação de emprego apenas quando tenham participado da relação processual como reclamadas e constem expressamente do título executivo judicial do devedor.

Autor: Dep. Mauro Lopes (PMDB-MG)

Relator: Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO ESPECIAL DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

17/05/2017, às 9H30

Audiência pública para apresentação dos aspectos mais relevantes do Projeto do Novo Código de Processo Penal. Os Ministros Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e Osmar Serraglio, do Ministério da Justiça e Cidadania, participarão do evento.

COMISSÃO ESPECIAL DA LEI KANDIR

17/05/2017, às 14H30

Reunião para definição do roteiro de trabalho da Comissão.

COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA POLÍTICA

16/05/2017, às 14H30

Reunião para discussão e votação do Relatório Parcial do Relator, Deputado Vicente Cândido (PT-SP).

